

# Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 26 de abril

# Efeito coronavírus ! Estados cortam gastos com custeio e miram em ações de combate à pandemia

*Tribuna da Internet*

Bruno Nomura, Bruno Ribeiro e Pedro Venceslau

Estadão

Estados e municípios começam a reduzir gastos com custeio para direcionar mais verbas para o combate ao coronavírus. Na quarta-feira, da 22, o governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado (DEM), propôs corte de 20% nas despesas do Executivo, Legislativo e Judiciário do seu Estado para garantir o pagamento do salário dos servidores e direcionar recursos para a Saúde.

O governador Helder Barbalho (MDB), do Pará, anunciou que vai doar três meses de salário a um fundo para combater a covid-19. Em São Paulo, a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal devem votar nesta quinta-feira, dia 23, pacotes de cortes.

**QUEDA DE ARRECADAÇÃO** - Nas últimas semanas, Caiado e os outros chefes de Poderes de **Goiás** vinham se reunindo para construir uma proposta que fizesse frente à queda de arrecadação do Estado. O corte de 20% nos gastos fixos da **administração estadual**, excluindo salários, também vale para o Ministério Público, a Defensoria Pública e o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Segundo Caiado, se o governo federal não repassar mais recursos, ele terá que fazer cortes diretamente na folha de pagamento.

"Estou num impasse. Vou dosando de acordo com a arrecadação, mas não posso perder o apoio dos servidores. Se não chegarem recursos federais, o corte de custeio pode não ser suficiente e vou ter que entrar na folha de pagamento", disse Caiado ao Estado.

**DOAÇÃO** - No Pará, Barbalho diz esperar que sua iniciativa de doar salário seja copiada por outros Poderes. "Decidi que vou doar, a partir deste mês, três meses do meu salário para o fundo de combate ao novo coronavírus no Pará. O valor total é de R\$ 67.148,19. Espero que esta pequena atitude estimule outros Poderes a se juntarem a mim", escreveu Barbalho no Twitter.

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) apresentou ontem um plano de corte de gastos que deve gerar uma economia de R\$ 320 milhões. O valor, que equivale a um quarto do orçamento da Casa, deve ser investido em ações de combate à pandemia do coronavírus.

**CORTE** - O projeto tramita em regime de urgência e deve ir para votação hoje à tarde. A expectativa é que as medidas passem a vigorar a partir do dia 1.º de maio. A proposta é que sejam reduzidos em 30% os salários e verbas de gabinete dos 94 deputados da Alesp.

A Mesa Diretora também sugere um corte de 20% nos salários e benefícios dos funcionários comissionados da Casa, além da doação de 70% do Fundo Especial de Despesas e revisão de contratos.

**VOTAÇÃO** - "Estamos apresentando esse projeto, de maneira muito clara e explícita, de redução do custo operacional do Poder Legislativo, fazendo esse gesto importante, e esperamos que as demais casas legislativas do Brasil sigam nessa direção também", declarou o presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB). Situação e oposição devem votar a favor da proposta.

A Câmara Municipal de São Paulo também deve apreciar hoje um projeto que reduz em 30% os salários dos

vereadores da capital enquanto estiver em vigor o estado de calamidade pública . O salário do parlamentar é de R\$ 18.991,68.

ECONOMIA - O texto ainda determina redução de 20% nos vencimentos dos servidores comissionados e em 30% da verba para despesas gerais dos 55 gabinetes. Segundo a Câmara Municipal, "as medidas representam uma economia de R\$ 3,92 milhões por mês, um total de R\$ 31,4 milhões até dezembro".

Na Câmara, tramita ainda projeto de lei para retomada das atividades econômicas, que prevê descontos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para comerciantes atingidos pelo fechamento do comércio e prorrogação da validade de alvarás que venceram durante a pandemia.

**Site: <http://www.tribunadainternet.com.br/feito-coronavirus-estados-cortam-gastos-com-custeio-e-miram-em-acoes-de-combate-a-pandemia/>**

---

# Tribunal de Contas do Estado suspende licitação do Ipasgo para contratar software no valor de R\$ 125 milhões

## Redação

Prédio do Ipasgo na Rua 90 (Foto: Google Street View)

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** determinou, na tarde da última sexta-feira (24), a suspensão do pregão eletrônico 07/2020 que seria realizado pelo Ipasgo no próximo dia 30 para contratação de software de gestão de plano de saúde por um valor estimado em R\$ 124.905.514,12.

A medida cautelar, expedida pelo **conselheiro Edson Ferrari**, estabelece que o presidente da autarquia, Silvio Antônio Fernandes, para que, no prazo de 15 dias, apresente justificativa para os diversos indícios de desconformidades constatadas (veja quadro abaixo) no edital de licitação, e evidencie as medidas tomadas para cumprir as determinações contidas em três acórdãos da Corte de Contas (439/2019; 3419/2019 e 1196/2018) que tratam de terceirização irregular de mão de obra pelo Ipasgo, burlando a exigência de concurso público.

No despacho, que mesmo já estando em vigor será submetido ao Pleno, o **conselheiro** determina ainda que a pregoeira do Ipasgo e o responsável pela elaboração do documento de convocação para o certame também apresentem justificativas para as desconformidades detectadas. O secretário de Estado de Administração (Sead), Bruno Magalhães d'Abadia, também terá de apresentar justificativas. O Ipasgo é subordinado à secretaria e cabe exclusivamente a ela realizar concurso público e outros processos seletivos para órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

De acordo com o **TCE-GO**, a medida - que não contém análise de mérito definitiva, e que foi tomada com intuito de evitar possíveis lesões aos cofres públicos - atende representação do Serviço de Análise Prévia de Editais e Licitações e pelo Serviço de Informações Estratégicas do Tribunal de Contas Estadual. A análise das unidades técnicas é de que a contratação abrange a terceirização de funções estreitamente ligadas às atividades finalísticas da autarquia, que deveriam ser executadas por servidores públicos de carreira.

Além da contratação de particular para exercer atividades de auditoria de saúde em descumprimento à legislação e do possível desacordo com o que foi determinado por acórdãos do **TCE-GO** e por Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO), consta da lista de possíveis irregularidades a adoção de cláusula de habilitação técnica potencialmente restritiva de competitividade e a inadequação da divisão em lotes ou itens. As unidades técnicas destacaram que, no edital, não há indicação de quantidade e valores máximos a serem admitidos por tipo de serviço. O relatório menciona ainda que a terceirização de funções e atividades de auditoria de saúde contribuiu para a fragilidade dos processos finalísticos, dos controles internos e da gestão de riscos no Ipasgo, o que resultou em grave lesão aos cofres públicos estaduais, estimados pela Polícia Civil em cerca de R\$ 50 milhões.

Inicialmente, seria realizada sessão pública para contratação do serviço, pela modalidade técnica e preço em 21 de fevereiro deste ano ao custo estimado de R\$ 174.645.894,30. À época, as unidades técnicas representaram pela cautelar e o relator determinou a apresentação de defesa por parte da autarquia. O certame foi suspenso e novo edital foi publicado, desta vez com redução do valor em aproximadamente R\$ 40 milhões e alteração para pregão eletrônico. Contudo, de acordo com entendimento do Tribunal, grande parte das desconformidades detectadas no primeiro edital foram mantidas no atual.

O **TCE-GO** enumerou as irregularidades no quadro a seguir

## Posicionamento

Por meio de nota, o Ipasgo diz que a licitação é acompanhada desde o início pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** e que a equipe do Ipasgo apresentou o projeto detalhado ao presidente do **TCE-GO** e ao **conselheiro Edson Ferrari**, em reunião presencial. A autarquia diz ainda no documento que a decisão do **conselheiro** surpreende a atual gestão do Ipasgo. Isso porque o edital de licitação apresentado, já avaliado anteriormente pela **CGE**, **TCE-GO** e Ministério Público, não prevê a terceirização de serviços, mas sim a aquisição de ferramentas para a organização dos sistemas de auditoria do órgão, que atualmente funciona praticamente de forma manual.

O Ipasgo diz ainda que a nova gestão está construindo um plano de carreira para seus servidores administrativos e auditores, com o objetivo de revisar as remunerações e, futuramente, ampliar a contratação, via seleção pública. Todos esses processos também são acompanhados pelo MP-GO e que o sistema atual de tecnologia gera perdas financeiras. Na nota, autarquia afirma que no período de setembro de 2019, quando se iniciaram as análises do processo pelos órgãos de controle, até agora o instituto teve prejuízo estimado de R\$ 117,6 milhões ou o equivalente a R\$ 27 mil por hora.

Já a Sead, também por meio de nota, diz que a Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística, da Secretaria de Estado da Administração, é a unidade responsável por analisar todas as compras que ultrapassem o montante de R\$ 500 mil por meio de avaliação técnica e pesquisas e que a aquisição em questão, por tratar-se de um aparato tecnológico, o regramento estadual designa à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação as prerrogativas de avaliar, por meio de análises técnicas e consulta de valores de mercado, os benefícios para efetivação da contratação do software. Dentro das conformidades apontadas pelo órgão, coube ao titular da Secretaria da Administração legitimar os estudos e dar andamento ao processo.

Confira as notas do Ipasgo e da Sead, respectivamente, a seguir

O processo de licitação proposto pelo Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de **Goiás** (Ipasgo) é acompanhado desde o início pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Ao longo do período, as orientações estão sendo acolhidas de modo a ampliar a transparência da nova contratação, que tem como objetivo implantar uma nova plataforma para modernizar os processos, reduzir fraudes e aumentar o controle das ações.

Inclusive, a equipe do Ipasgo apresentou o projeto detalhado ao presidente do **TCE-GO** e ao **conselheiro Edson Ferrari**, em reunião presencial. As orientações encaminhadas pelo **TCE-GO** serão respondidas oficialmente e o Ipasgo espera que a avaliação do órgão de controle seja célere para que haja a retomada do processo de licitação.

A decisão do **conselheiro** surpreende a atual gestão do Ipasgo. Isso porque o edital de licitação apresentado, já avaliado anteriormente pela **CGE**, **TCE-GO** e Ministério Público, não prevê a terceirização de serviços, mas sim a aquisição de ferramentas para a organização dos sistemas de auditoria do órgão, que atualmente funciona praticamente de forma manual.

Para se ter ideia, o modelo atual possui mais de 40 sistemas interligados, que impedem a transparência dos atos e permitem, por exemplo, desvios e fraudes como o pagamento de dois mil exames de laboratório para um único paciente, liberações de pedidos feitas e autorizadas por um mesmo profissional de saúde, cadastros de usuários sem dados como CPFs, cadastros irregulares de prestadores de serviço, entre outros. Essas irregularidades são alvo de investigação de duas operações instauradas pela Polícia Civil do Estado de **Goiás**.

A nova gestão do Ipasgo está construindo um plano de carreira para seus servidores administrativos e auditores, com o objetivo de revisar as remunerações e, futuramente, ampliar a contratação, via seleção pública. Todos esses processos também são acompanhados pelo MP-GO.

Os questionamentos enviados anteriormente pelo **conselheiro**, que são similares aos apontados hoje, foram respondidos pelo Ipasgo e também incluídos no novo edital do pregão eletrônico, divulgado no dia 15 de abril.

Os pontos apontados novamente pelo **conselheiro** do **TCE-GO**, ao pedir a suspensão do pregão eletrônico, serão esclarecidos com as informações contidas no próprio edital e também novas análises técnicas, que serão incluídas ao chamamento público para dar mais transparência e sanar quaisquer tipos de questionamentos. O Ipasgo reitera que todas as recomendações dos órgãos de controle são e serão atendidas.

Com a contratação da nova plataforma de tecnologia, o Ipasgo vai gerar economia imediata. Isso porque, atualmente, o plano paga R\$ 158 milhões em contratos de serviços similares, que são defasados e não coíbem fraudes e desvios.

A automação vai permitir mais segurança nos dados, serviços e análises gerenciais e estratégicas. O que impactará nos gastos assistenciais, que terão controle e transparência. Essas medidas vão reduzir custos e pagamentos desnecessários, o que garantirá uma economia média de 15% ao volume aplicado na assistência anualmente. Isso corresponde a cerca de R\$ 300 milhões por ano.

O presidente do Ipasgo, Sílvio Fernandes, explica que a situação atual do plano de assistência é preocupante porque os controles são falhos e ainda há brechas para fraudes. "Ainda gastamos de forma indevida porque não há como controlar e acompanhar todos os atos. O sistema antigo foi construído para facilitar desvios. Agora, estamos trabalhando arduamente para corrigir isso."

Ele informa que, recentemente ao solicitar o número e perfil dos usuários do plano que estão no grupo de risco de contaminação pelo novo coronavírus, o relatório inicial apontou que mais de 6 mil usuários do plano estão cadastrados sem CPF. Segundo ele, esse número pode chegar a 40 mil pessoas, os levantamentos continuam.

Além disso, outra fraude detectada foi o pagamento de leitos de UTI sem estarem ocupados por pacientes e também serviço de homecare para pacientes já falecidos. "Se não houver controle, o dinheiro aplicado será alvo constante de desvio e os maiores prejudicados serão o futuro do plano, que está ameaçado, e seus beneficiários."

As falhas, que o sistema atual de tecnologia ainda permitem, ainda geram perdas financeiras. De setembro de 2019, quando se iniciaram as análises do processo pelos órgãos de controle, até agora o instituto teve prejuízo estimado de R\$ 117,6 milhões ou o equivalente a R\$ 27 mil por hora.

O Ipasgo destaca também que os esforços desta nova gestão nos investimentos em transparência e controle de riscos foi premiado pelo **TCE-GO**. Em recente levantamento divulgado pelo tribunal, o plano de assistência ficou em segundo lugar no ranking de 'Avaliação dos Controles Internos e Órgãos'. Ao total, foram analisados 54 órgãos estaduais.

Sead

Incumbida de operacionalizar o sistema Compras Net, ferramenta utilizada por todos os órgãos do Estado para efetuarem aquisições, a Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística, da Secretaria de Estado da Administração, é a unidade responsável por analisar todas as compras que ultrapassem o montante de R\$ 500 mil por meio de avaliação técnica e pesquisas.

Na aquisição em questão, por tratar-se de um aparato tecnológico, o regramento estadual designa à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação as prerrogativas de avaliar, por meio de análises técnicas e consulta de valores de mercado, os benefícios para efetivação da contratação do software. Dentro das conformidades apontadas pelo órgão, coube ao titular da Secretaria da Administração legitimar os estudos e dar andamento ao processo.

**Site:** <http://sagresonline.com.br/noticias/seguranca-e-justica/101491-tribunal-de-contas-do-estado-suspende-licitacao-do-ipasgo-para-contratar-software-no-valor-de-r-125-milhoes>

# TCE suspende licitação do Ipasgo para contratar software de R\$ 124 milhões

Previsto para o próximo dia 30, o pregão eletrônico 07/2020, do Ipasgo, foi suspenso pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. A licitação previa a contratação de software de gestão de plano de saúde por um valor estimado em R\$ 124.905.514,12.

Segundo medida cautelar do **conselheiro Edson Ferrari**, caberá ao presidente da autarquia, Silvio Antônio Fernandes, para, em 15 dias, apresentar justificativa a diversos indícios de desconformidades constatadas no edital, conforme o **TCE**. Além disso, é pedido que sejam evidenciadas as medidas tomadas para cumprir as determinações que tratam de terceirização irregular de mão de obra pelo Ipasgo, burlando a exigência de concurso público.

Segundo o **conselheiro**, as desconformidades são: terceirização de funções estreitamente ligadas às atividades fim da autarquia, que deveriam ser realizadas exclusivamente por servidores de carreira; inexistência de detalhamento dos serviços a serem executados e seus custos unitários; hipótese de subcontratação do objeto sem especificação dos limites; inexistência de medidas preventivas à descontinuidade dos serviços contratados; remuneração dos serviços não vinculados a resultados ou a atendimento de níveis de serviço; e critério de habilitação exigindo declaração de propriedade de software próprio sem possibilidade de comprovação do item por meio de contrato de direito de uso ou licenciamento.

Além de Silvio, também foram pedidas justificativas ao secretário de Estado de Administração, Bruno Magalhães d'Abadia. Vale destacar que, anteriormente, haveria uma sessão pública para contratação do serviço, na modalidade técnica e preço, em 21 de fevereiro. À época, o valor estimado era de R\$ 174.645.894,30. Porém, naquele momento o certame foi suspenso, após as unidades técnicas representarem por cautelar e o relator determinar pela apresentação de defesa por parte da autarquia. Porém, as irregularidades detectadas daquela vez, permaneceram em para este novo pregão, segundo o **TCE-GO**.

**Site:** <http://verdevale103.com.br/noticia-1528091080-tce-suspende-licitacao-do-ipasgo-para-contratar-software-de-r-124-milhoes>

# TCE-GO suspende licitação do Ipasgo no valor de R\$ 125 milhões

A Redação

**Goiânia** - O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** determinou nesta sexta-feira (24/4) a suspensão do pregão eletrônico que seria realizado pelo Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de **Goiás (Ipasgo)** para contratação de software de gestão de plano de saúde por um valor estimado em R\$ 124.905.514,12. O pregão iria ser realizado no dia 30 de abril.

A medida cautelar, expedida pelo **conselheiro Edson Ferrari**, determina que o presidente da autarquia, Silvio Antônio Fernandes, apresente justificativa para os indícios de desconformidades constatadas no edital de licitação.

O **conselheiro** determina ainda que a pregoeira do Ipasgo e o responsável pela elaboração do documento de convocação para o certame também apresentem justificativas para as desconformidades detectadas. O secretário de Estado de Administração, Bruno Magalhães d'Abadia, também terá de apresentar justificativas.

Consta da lista de possíveis irregularidades a terceirização de funções estreitamente ligadas às atividades fim da autarquia, que deveriam ser realizadas exclusivamente por servidores de carreira, inexistência de detalhamento dos serviços a serem executados e seus custos unitários, hipótese de subcontratação do objeto sem especificação dos limites, inexistência de medidas preventivas à descontinuidade dos serviços contratados, remuneração dos serviços não vinculada a resultados ou a atendimento de níveis de serviço e critério de habilitação exigindo declaração de propriedade de software próprio sem possibilidade de comprovação do item por meio de contrato de direito de uso ou licenciamento.

Segundo o **TCE-GO**, inicialmente, seria realizada sessão pública para contratação do serviço, pela modalidade técnica e preço em 21 de fevereiro deste ano ao custo estimado de R\$ 174.645.894,30. À época, as unidades técnicas representaram pela cautelar e o relator determinou a apresentação de defesa por parte da autarquia. O certame foi suspenso e novo edital foi publicado, desta vez com redução do valor em aproximadamente R\$ 40 milhões e alteração para pregão eletrônico. Contudo, de acordo com entendimento do Tribunal, grande parte das inconformidades detectadas no primeiro edital foram mantidas no atual.

IPASGO

Segundo o Ipasgo, o processo de licitação proposto pelo Instituto é acompanhado desde o início pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Ao longo do período, as orientações estão sendo acolhidas de modo a ampliar a transparência da nova contratação, que tem como objetivo implantar uma nova plataforma para modernizar os processos, reduzir fraudes e aumentar o controle das ações, diz nota divulgada pelo Ipasgo.

Por meio da nota, o Ipasgo alegou que a decisão do **conselheiro** surpreende a atual gestão do Instituto. Isso porque o edital de licitação apresentado, já avaliado anteriormente pela **CGE, TCE-GO** e Ministério Público, não prevê a terceirização de serviços, mas sim a aquisição de ferramentas para a organização dos sistemas de auditoria do órgão, que atualmente funciona praticamente de forma manual, diz a nota.

O Ipasgo ainda afirmou que os questionamentos enviados anteriormente pelo **conselheiro**, que são similares aos apontados hoje, foram respondidos e incluídos no novo edital do pregão eletrônico, divulgado no dia 15 de abril.

O presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes, explicou que a situação atual do plano de assistência é preocupante porque os controles são falhos e ainda há brechas para fraudes. "Ainda gastamos de forma indevida porque não há como controlar e acompanhar todos os atos. O sistema antigo foi construído para

facilitar desvios. Agora, estamos trabalhando arduamente para corrigir isso", disse.

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria da Administração também se manifestou por meio de nota. Segundo a pasta, a Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística é a unidade responsável por analisar todas as compras que ultrapassem o montante de R\$ 500 mil por meio de avaliação técnica e pesquisas.

Na aquisição em questão, por tratar-se de um aparato tecnológico, o regramento estadual designa à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação as prerrogativas de avalizar, por meio de análises técnicas e consulta de valores de mercado, os benefícios para efetivação da contratação do software. Dentro das conformidades apontadas pelo órgão, coube ao titular da Secretaria da Administração legitimar os estudos e dar andamento ao processo , diz a nota.

**Site:** <https://www.aredacao.com.br/noticias/133096/tce-go-suspende-licitacao-do-ipasgo-no-valor-de-r-125-milhoes>

---

# Suspensa licitação para compra de software no Ipasgo no valor de R\$ 125 milhões

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** determinou a suspensão de pregão eletrônico no Ipasgo que previa a contratação de software para gestão do plano de saúde. O valor estava estimado em R\$ 124,9 milhões. O pregão seria realizado no próximo dia 30. O **TCE** apontou indícios de irregularidades que são contestadas pelo instituto.

O **TCE** indicou que irregularidades como: Terceirização de funções estreitamente ligadas às atividades fim da autarquia, que deveriam ser realizadas exclusivamente por servidores de carreira;

Houve ainda a suspeita de inexistência de detalhamento dos serviços a serem executados e seus custos unitários; Hipótese de subcontratação do objeto sem especificação dos limites;

De acordo com o Tribunal teria ocorrido a inexistência de medidas preventivas à descontinuidade dos serviços contratados; Remuneração dos serviços não vinculada a resultados ou a atendimento de níveis de serviço.

Para o **TCE**, faltou critério de habilitação exigindo declaração de propriedade de software próprio sem possibilidade de comprovação do item por meio de contrato de direito de uso ou licenciamento.

O **TCE** indicou que no edital, não há indicação de quantidade e valores máximos a serem admitidos por tipo de serviço.

Relatório da apuração menciona que a terceirização de funções e atividades de auditoria de saúde contribuiu para a fragilidade dos processos finalísticos, dos controles internos e da gestão de riscos no Ipasgo, o que poderia resultar em grave lesão aos cofres públicos estaduais, estimados pela Polícia Civil em cerca de R\$ 50 milhões.

A medida cautelar estabelece dá prazo de 15 dias para que o presidente da autarquia, Silvio Fernandes, apresente justificativa para os diversos indícios de desconformidades constatadas no edital de licitação, e indique as medidas tomadas para cumprir as determinações contidas em três acórdãos.

O secretário de Estado de Administração, Bruno Magalhães d'Abadia, também terá de apresentar justificativas, já que o Ipasgo é subordinado à secretaria.

## Resposta

O Ipasgo informou por meio de nota que o processo tem sido acompanhado desde o início pela **Controladoria Geral do Estado** e pelo próprio **TCE**. Foi destacado que ao longo do período, as orientações estão sendo acolhidas de forma a ampliar a transparência da nova contratação, que tem como objetivo implantar uma nova plataforma para modernizar os processos, reduzir fraudes e aumentar o controle das ações.

Foi informado pelo instituto que o projeto detalhado chegou a ser encaminhado ao presidente do **TCE-GO** e ao **conselheiro Edson Ferrari**, em reunião presencial.

O Ipasgo informou que as orientações encaminhadas pelo **TCE-GO** serão respondidas oficialmente e o Ipasgo espera que a avaliação do órgão de controle seja célere para que haja a retomada do processo de licitação.

O Ipasgo destacou que o processo não prevê a terceirização de serviços, mas sim a aquisição de ferramentas para a organização dos sistemas de auditoria do órgão, que atualmente funciona praticamente de forma

manual.

Com a contratação da nova plataforma de tecnologia, o Ipasgo espera gerar economia imediata. Isso porque, atualmente, o plano paga R\$ 158 milhões em contratos de serviços similares, que são defasados e na visão do instituto não coíbem fraudes e desvios.

Foi informado ainda que a automação vai permitir mais segurança nos dados, serviços e análises gerenciais e estratégicas.

As medidas vão reduzir custos e pagamentos desnecessários, o que garantirá uma economia média de 15% ao volume aplicado na assistência anualmente. Isso corresponde a cerca de R\$ 300 milhões por ano.

**Site:** <https://diariodegoias.com.br/suspensa-licitacao-para-compra-de-software-no-ipasgo-no-valor-de-r-125-milhoes/>

---